



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
69ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

28 DE ABRIL DE 2016

ATA

1 Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às dezoito
2 horas e trinta minutos, no Centro Internacional de Convenções do Brasil – CICB /
3 Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 02, Conj. 63, Lote 50, reuniu-se a Comissão
4 Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, para sua 69ª Reunião Ordinária.
5 **Presentes:** Secretário Especial de Direitos Humanos Rogério Sottili; Sra.
6 Procuradora da República Eugênia Augusta Gonzaga – *Presidente da Comissão*
7 *Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*; Sra. Diva Santana – Conselheira
8 representante de familiares; Dra. Rosa Maria Cardoso da Cunha – Conselheira
9 representante da sociedade civil; Deputado Federal Sr. Paulo Pimenta – Conselheiro
10 Representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados; Sr.
11 Marcelo Winch Schmidt – representante do Conselheiro Paulo Pimenta; Dr. Ivan
12 Marx – representante do Ministério Público Federal; Dr. Daniel Josef Lerner –
13 Coordenador-Geral da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos;
14 Sr. Ivan A. Seixas, Coordenador do Projeto Memória e Verdade; Sras. Maria Cecília
15 de Oliveira Adão e Shana Marques Prado Santos – pesquisadoras vinculadas à
16 CEMDP.
17 **Abertura.** A presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos
18 Políticos abriu os trabalhos dando as boas vindas aos presentes. Foi considerada
19 aprovada a ata da reunião anterior, que será juntada ao procedimento administrativo
20 SEI nº 0005.211854/2015-64. Foram feitas considerações sobre a participação dos
21 membros da CEMDP na décima segunda Conferência de Direitos Humanos e
22 parabenizados os conselheiros Ivan Seixas e Vera Paiva pela condução do Grupo
23 de Trabalho Memória, Verdade e Justiça. Foi feito o relato sobre o requerimento
24 de indenização de Lygia Maria Collor Jobim, aberto no SEI sob o n.º

25 00005.003700/2015-09, sendo mencionado o parecer apresentado pela
26 assessoria jurídica da SEDH no sentido de o pedido não poder ser deferido,
27 uma vez esgotado o prazo previsto na Lei 9.140/1995. A CEMDP concorda
28 com o direito pleiteado, mas reconhece a necessidade de uma disciplina
29 legislativa atual em relação à concessão do pagamento, o que não impede a
30 CEMDP de prosseguir com as investigações e buscar solução para a
31 concessão dos pagamentos. Deliberou-se, portanto, pela aprovação de voto
32 no sentido de oficiar à Presidência da República solicitando a edição de
33 medida provisória (MP), expondo a relevância e urgência da matéria.
34 Deliberou-se, ainda, pelo seguimento do procedimento administrativo para
35 elucidação dos fatos. O voto, do qual já se dispõe de minuta, terá ajustes de
36 redação pela Coordenação-Geral da CEMDP e pela conselheira Rosa
37 Cardoso. Os pedidos já apresentados à Comissão, entretanto, podem ser
38 reabertos desde já. Em seguida, a conselheira Diva apresentou
39 documentação relativa às vítimas Batista e Anísio Teixeira para
40 desarquivamento e ou instauração de novo procedimento. Em relação ao GTP
41 (Grupo de Trabalho Perus), foi dado informe acerca do andamento dos
42 trabalhos, incluindo as condições da reforma do Centro de Arqueologia e
43 Antropologia Forense, a conclusão do traslado das ossadas do MPF ao CAAF
44 (Centro de Arqueologia e Antropologia Forense). Foi informado que existem
45 limitações de espaço no CAAF e que existe a possibilidade de repactuar os
46 prazos para a finalização das atividades. Foi indicado que até o presente
47 momento não foram encontradas ossadas compatíveis com desaparecidos
48 políticos possivelmente inumados na Vala de Perus. Em relação ao GTA
49 (Grupo de Trabalho Araguaia), foram feitos informes sobre a última audiência
50 com a Juíza Federal Dra. Solange Salgado, na qual foi apresentado o pleito
51 de coordenação dos trabalhos por parte da CEMDP e dado o prazo de 60 dias
52 para apresentação de plano para o prosseguimento das atividades, por parte
53 da União. Foi informado que no período antecedente à audiência foram feitas
54 reuniões entre os órgãos envolvidos e que estão sendo envidados esforços
55 para que este planejamento seja finalizado. Comunicou-se a inauguração de
56 espaço de memória no cemitério de Vila Formosa. Foi indicado que serão

57 instaurados procedimentos administrativos relativos a cada uma das vítimas
58 de Vila Formosa. Foi informado que, na segunda-feira (02/05/2016), haverá
59 audiência pública em São Paulo, com a participação do conselheiro Ivan
60 Seixas, onde serão apresentados esses resultados. Foi feita proposta por
61 Vera Paiva de que as metodologias ante-mortem desenvolvidas no GTP e
62 GTA sejam compartilhadas com as Clínicas do Testemunho, com o objetivo
63 de aperfeiçoar as ações voltadas à reparação psíquica às vítimas de violência
64 do Estado. Foi levantada a necessidade de aprimorar a comunicação com os
65 familiares, iniciando com o envio de uma carta com informações sobre o que
66 está sendo realizado pela CEMDP. Foram feitas considerações sobre a
67 importância da retomada da Força Tarefa Araguaia do MPF. Foi dado o
68 informe de que está sendo redigida uma portaria sobre o órgão de seguimento
69 das atividades da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Foi informada a
70 elaboração de uma representação contra o Deputado Federal Jair Bolsonaro,
71 a ser protocolada na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Ivan Seixas
72 fez relato sobre sua visita, e de Diva Santana, a Palmas do Monte Alto – BA,
73 onde foram realizados Audiência Pública, oitiva e visita ao cemitério onde
74 provavelmente está inumado o corpo de João Leonardo da Silva Rocha,
75 desaparecido político constante do Anexo da Lei nº 9.140/1995. Na ocasião
76 foi pleiteada a exumação do corpo para identificação forense, sendo
77 transmitida a solicitação à CEMDP. A Conselheira Diva acrescentou que
78 realizar a exumação é uma demonstração de respeito pela população, que se
79 mobilizou para o reconhecimento do caso. Ficou acordado que o pedido de
80 exumação será encaminhado. Foram feitos agradecimentos ao Secretário
81 Especial de Direitos Humanos Rogério Sottili por seu empenho em dar
82 prosseguimento às atividades da CEMDP, o qual reafirmou a importância da
83 agenda de Memória, Verdade e Justiça e a necessidade de envidar esforços
84 para preservar os avanços alcançados no GTP e GTA.

85 **Encerramento.** A Sra. Presidente da CEMDP agradeceu a presença de todas e
86 todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, que será encaminhada aos membros
87 até a data da próxima reunião da Comissão, sem prejuízo do cumprimento imediato
88 de suas deliberações. A presente ata será arquivada junto ao procedimento n.
89 00005.211854/2015-64.